

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais destinados às atividades operacionais e de apoio da Defesa Civil de Ubiratã.

1.2. A licitação deverá ser realizada pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, para os itens a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
1	Equipamento de proteção respiratória, incluso 1 cilindro para uso + 2 cilindros reservas.	Unidade	1	16.000,86	16.000,86
2	Lanternas operacionais.	Unidade	2	1.500,00	3.000,00
3	Torniquetes.	Unidade	10	450,36	4.503,60

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. A vigência da contratação será de 6 (seis) meses.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. As especificações mínimas dos itens, objeto da contratação, são as que seguem:

Equipamento de Proteção Respiratória

3.2. Equipamento de respiração autônoma de circuito aberto, com pressão positiva, destinado à proteção das vias respiratórias em atmosferas imediatamente perigosas à vida e à saúde (IPVS), inclusive ambientes com deficiência de oxigênio;

3.3. Indicado para utilização em operações de resgate, combate a incêndios, trabalhos em espaços confinados, indústrias químicas, petroquímicas e demais atividades com risco respiratório elevado;

3.4. Respirador de adução de ar tipo máscara autônoma de ar comprimido, operando em circuito aberto com pressão positiva, garantindo suprimento contínuo de ar respirável ao usuário;

3.5. Peça facial inteira, confeccionada em elastômero ou material equivalente, com visor panorâmico em material transparente de alta resistência, proporcionando vedação eficiente e amplo campo de visão;

3.6. Sistema de fixação da máscara com tirante de cabeça de no mínimo 5 pontos, permitindo ajuste seguro e confortável ao usuário, além de tira de descanso para apoio no pescoço;

3.7. Válvula de demanda automática, com fornecimento de ar sob demanda e possibilidade de acionamento manual (by-pass);

3.8. Redutor de pressão de primeiro estágio, garantindo redução segura da pressão do cilindro para níveis adequados de respiração;

- 3.9. Autonomia mínima aproximada de 50 minutos, podendo variar conforme o consumo do usuário;
- 3.10. Sistema de suporte dorsal anatômico, confeccionado em material leve e resistente (ex.: fibra de carbono ou equivalente), contendo Arnês com tiras acolchoadas; Cinto abdominal acolchoado; Sistema de ajuste rápido nos ombros; Fechamento seguro na cintura;
- 3.11. Manômetro de leitura fácil, permitindo o monitoramento constante da pressão do cilindro;
- 3.12. Peso total aproximado do conjunto compatível com uso operacional prolongado (referência aproximada de até 12 kg);
- 3.13. Equipamento conforme norma técnica aplicável, como ABNT NBR 13716 ou equivalente;
- 3.14. Produto fornecido novo, em embalagem individual, pronto para uso imediato.

Cilindros

- 3.15. Cilindro de ar comprimido de alta pressão, destinado ao armazenamento e fornecimento de ar respirável ou ar comprimido;
- 3.16. Cilindro de alta pressão do tipo PCP (Pre-Charged Pneumatic), adequado para armazenamento de ar comprimido;
- 3.17. Construção em material compósito, com estrutura interna em alumínio envolvida por fibra de carbono, com camada externa adicional em fibra de vidro e acabamento em resina, proporcionando elevada resistência mecânica, leveza e durabilidade;
- 3.18. Capacidade volumétrica mínima de 6,8 litros;
- 3.19. Pressão de trabalho de 300 bar (30 MPa);
- 3.20. Pressão de teste mínima de 450 bar, garantindo margem de segurança operacional;
- 3.21. Gás de operação: ar comprimido;
- 3.22. Capacidade aproximada de armazenamento de ar expandido compatível com o volume e pressão especificados;
- 3.23. Rosca padrão M18 x 1,5, compatível com válvulas de cilindros de alta pressão;
- 3.24. Dimensões aproximadas: Comprimento: cerca de 530 mm; Diâmetro: cerca de 157 mm;
- 3.25. Peso aproximado de até 4 kg (cilindro vazio), permitindo facilidade de transporte e manuseio;
- 3.26. Faixa de temperatura de operação mínima entre -40°C a +60°C;
- 3.27. Vida útil mínima de 15 anos, conforme especificações do fabricante, com exigência de reteste periódico a cada 5 anos;
- 3.28. Superfície externa resistente a impactos, abrasão e agentes ambientais, com fácil higienização;
- 3.29. O cilindro deverá ser fornecido com válvula de controle de fluxo compatível, incluindo sistema de abertura e fechamento seguro, adequada à pressão de operação (300 bar);
- 3.30. Deverá incluir também estação de recarga/adaptador, com Mangueira de alta pressão; Manômetro para leitura da pressão; Conexões de engate rápido; Componentes em material resistente (ex.: aço inoxidável ou equivalente);

- 3.31. O equipamento deverá atender a normas técnicas aplicáveis para cilindros de alta pressão,;
- 3.32. Produto fornecido novo, em embalagem individual, pronto para uso imediato.

Lanternas operacionais

- 3.33. Lanterna portátil de uso profissional, tipo ângulo reto, destinada a operações de emergência, combate a incêndios, resgate e atividades em ambientes com baixa ou nenhuma iluminação, permitindo uso acoplado ao uniforme ou equipamento;
- 3.34. Tipo portátil, com empunhadura vertical;
- 3.35. Lente e refletor em policarbonato transparente, cabeçote construído em polímero de alta resistência com diâmetro de 60 mm, produz dois feixes específicos simultâneos para facilitar a navegação do bombeiro em área de risco: o primeiro feixe de luz, estreito ideal para locais com fumaça ou neblina e o segundo feixe de luz para visualização periférica;
- 3.36. Corpo confeccionado em polímero plástico de alta resistência;
- 3.37. À prova de explosão, água, resistente a impactos, altas temperaturas e intrinsecamente segura;
- 3.38. Com clip de fixação confeccionado em polímero de alta resistência com suporte argola metálico ergonômica para de alça de segurança;
- 3.39. Dimensões aproximadas: 180 mm de altura x 75 mm de largura x 70 mm de profundidade;
- 3.40. Identificado com o nome e marca do fabricante, selo de conformidade do Inmetro, número de série do produto de forma legível e indelével, importante para sua rastreabilidade conforme determina os quesitos da Certificação Inmetro;
- 3.41. Fonte de emissão de luz com tecnologia “LED” geração C4, controlada por microprocessador;
- 3.42. Vida útil do LED não inferior a 50.000 horas;
- 3.43. Potência luminosa de 175 lumens (41.000 cd), com alcance de iluminação de 405 metros em alta intensidade;
- 3.44. Botão interruptor emborrachado, embutido e selado, com 04 (quatro) funções acionadas no próprio botão, sendo elas: Iluminação - luz (Alta, Moderada, Estrobo e Baixa Intensidade);
- 3.45. Quando em operação na função iluminação “luz alta” , está automaticamente muda sua função para “Iluminação Moderada” , com o objetivo de facilitar e prolongar a operação, evitando transtornos ao bombeiro de ficar sem iluminação no atendimento da ocorrência. Também sinalizando que é o momento para a recarga da bateria;
- 3.46. Capacidade de operação de 3h30 horas em alta intensidade; 13 horas em moderada intensidade, 05 horas em estrobo tipo flash e 15 dias em baixa Intensidade, para atividades em caverna ou operações especiais;
- 3.47. Produto de acordo com o índice de proteção IP 66 - resistente a água e quedas de até 2 metros de altura;
- 3.48. Compartimentos da lanterna, para alojamento da fonte de emissão de luz e a bateria, com anéis de vedação;

- 3.49. Tampa do alojamento da bateria com dupla trava, sendo uma trava metálica tipo argola e outra por parafuso metálico, a fim de evitar a extravio acidental da bateria;
- 3.50. Operação independentemente com bateria recarregável em lithium ion de 6,2 V - 1,5 Ah, sem efeito memória no modo bateria cheia/totalmente carregada ou com 04 pilhas alcalinas não recarregáveis do tipo “AA” , homologada pelo fabricante da lanterna a fim de garantir sua integridade e atender aos quesitos da Certificação Inmetro;
- 3.51. Peso da lanterna com a bateria recarregável: 0,400 Kg;
- 3.52. O conjunto deverá possuir os seguintes acessórios:
- 3.52.1 Bateria recarregável em lithium ion (li-ion) selada de 6,2 Volts - 1,5 Ah - sem efeito memória no modo bateria cheia / totalmente carregada;
 - 3.52.2 Adaptador para 04 (quatro) pilhas AA. Nota: somente poderá ser utilizado com pilhas alcalinas não recarregáveis do tipo “AA” , a qual deverá ser do tipo homologada pelo fabricante da lanterna;
 - 3.52.3 Base para recarga da lanterna (quando utilizada com bateria selada recarregável), em conformidade aos quesitos da NFPA 1901-14.1.11.2 (2003);
 - 3.52.4 Fonte de alimentação bivolt;
 - 3.52.5 Carregador veicular de 12 V CC, (quando utilizada com bateria selada recarregável);
 - 3.52.6 Dois plugs ópticos para corte de fumaça, para customização do feixe de luz em ambientes com fumaça, um plug na cor preta reduz a luz periférica, enquanto outro plug na cor âmbar diminui a fadiga nos olhos causada por clarão;
 - 3.52.7 Todos os acessórios compatíveis e homologados pelo fabricante da lanterna;
- 3.53. Produto fornecido novo, em embalagem individual, pronto para uso imediato.

Torniquetes

- 3.54. Torniquete tático CAT (Combat Application Tourniquet) de aplicação em membros superiores e inferiores, destinado ao controle de hemorragias externas graves em emergências, atendimento pré-hospitalar, resgate e operações táticas;
- 3.55. Dispositivo para oclusão de fluxo sanguíneo em extremidades, indicado para controle de hemorragias massivas com risco de morte;
- 3.56. Sistema de funcionamento por haste de torção (windlass), permitindo aplicação de pressão circunferencial suficiente para interromper o fluxo sanguíneo arterial;
- 3.57. Aplicação com uma única mão (autoaplicável), possibilitando uso pelo próprio paciente ou por socorrista em situações críticas;
- 3.58. Fita de compressão ajustável, confeccionada em material resistente de alta durabilidade, com sistema de fechamento em velcro ou equivalente, permitindo ajuste rápido e seguro;
- 3.59. Sistema de travamento da haste (windlass lock), garantindo manutenção da pressão aplicada durante o uso;
- 3.60. Presilha ou clip de fixação adicional, assegurando estabilidade do conjunto após aplicação;

- 3.61. Área destinada à identificação do horário de aplicação, permitindo controle do tempo de uso do torniquete;
- 3.62. Construção em materiais leves e resistentes (polímeros de alta resistência, tecidos técnicos e componentes reforçados), adequados para uso em condições adversas;
- 3.63. Design compacto e portátil, facilitando transporte em kits de primeiros socorros, coletes táticos ou mochilas de resgate;
- 3.64. Peso aproximado de até 150 gramas, favorecendo mobilidade e uso operacional;
- 3.65. Capaz de operar em diversas condições ambientais, incluindo calor, frio, umidade e sujeira, sem perda de eficiência;
- 3.66. Eficácia comprovada na interrupção do fluxo sanguíneo em membros, quando corretamente aplicado, conforme padrões de atendimento pré-hospitalar e protocolos internacionais;
- 3.67. Indicado para uso por profissionais de saúde, equipes de resgate, defesa civil, forças de segurança e demais agentes de emergência;
- 3.68. Produto fornecido novo, em embalagem individual, pronto para uso imediato.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 4.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Condições gerais

- 5.1. Os bens deverão ser entregues novos, sem uso, embalados em sua embalagem original e sem violação.
- 5.2. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo admitidos itens reconicionados, remanufaturados ou de demonstração, devendo estar em linha de produção ou com fabricação recente.
- 5.3. O conjunto deverá ser fornecido completo, plenamente funcional e compatível entre si, incluindo todos os componentes, acessórios, conexões e itens necessários ao seu perfeito funcionamento, conforme especificação técnica constante neste Termo de Referência.
- 5.4. Os equipamentos deverão atender integralmente às normas técnicas aplicáveis, garantindo segurança, desempenho e confiabilidade para uso operacional.
- 5.5. A contratada deverá assegurar que os equipamentos possuam ergonomia, resistência e durabilidade adequadas para utilização em condições severas, incluindo exposição a calor, umidade, poeira e agentes contaminantes, típicos de operações de resgate e combate a incêndios.
- 5.6. A contratada deverá fornecer manual de instruções em língua portuguesa, contendo orientações de uso, manutenção, armazenamento e segurança, bem como disponibilizar, quando aplicável, ficha técnica detalhada dos equipamentos.

5.7. Independente do prazo de vigência da contratação, deverá ser assegurada garantia mínima de 12 (doze) meses para os materiais/equipamentos, contados a partir do recebimento definitivo, cobrindo defeitos de fabricação e funcionamento, sem ônus adicional para a Administração.

5.8. A contratada deverá prestar, quando solicitado, suporte técnico e orientações quanto ao uso correto do equipamento, podendo incluir treinamento básico operacional para os usuários.

5.9. No ato da entrega, os equipamentos serão submetidos a conferência quantitativa e qualitativa, visando verificar a conformidade com as especificações técnicas exigidas, podendo ser recusados, no todo ou em parte, caso apresentem avarias, defeitos, inconformidades ou divergências em relação ao contratado.

5.10. Os equipamentos deverão ser entregues com todos os seus componentes e acessórios, aptos para uso imediato, quando aplicável, observadas as normas de segurança para transporte de materiais pressurizados.

5.11. A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, seguros, tributos e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita entrega do objeto.

5.12. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação do pleno atendimento às exigências contratuais, incluindo testes básicos de funcionamento, quando aplicável.

5.13. Os bens serão solicitados de maneira integral.

Prazo de entrega

5.14. Os bens deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Compras.

Locais de entrega

5.15. Os bens deverão ser entregues na Defesa Civil de Ubiratã, com sede na Avenida João Pipino, nº 953, Município de Ubiratã, PR.

Subcontratação

5.16. É vedada a subcontratação do objeto da contratação.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1. O objeto deverá ser executado fielmente pela empresa contratada, de acordo com o disposto em sua proposta, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o Município e a empresa contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O Município poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização Técnica

6.4. A fiscalização técnica será exercida pelo servidor Abel de Almeida Júnior, sendo que este acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na proposta, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.5. O fiscal técnico do contrato anotarás todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção;

6.7. O fiscal técnico informará à autoridade competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente à autoridade superior.

Fiscalização Administrativa

6.9. A fiscalização administrativa também será exercida pelo servidor Abel de Almeida Júnior, sendo que este verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10. Caso ocorra descumprimento das obrigações assumidas, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à autoridade superior para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestão

6.11. A gestão da contratação será exercida pelo secretário titular da Secretaria da Administração, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do objeto contendo todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de compras, do registro de ocorrências, das alterações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.12. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.13. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarás os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.14. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela empresa contratada, com menção ao seu desempenho na execução do objeto, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16. O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17. O gestor deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto contratado.

Do recebimento

7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado no presente termo, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1 O prazo de validade;
 - 7.10.2 A data da emissão;
 - 7.10.3 O valor a pagar; e
 - 7.10.4 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 7.13. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do Município, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

- 7.18. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento fiscal esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

- 7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação em modalidade aplicável à contratação de bens comuns.

Exigências da a proposta de preços

8.2. Deverá ser apresentado catálogo dos produtos ofertados junto a proposta final readequada.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, a empresa contratada deverá comprovar:

Habilitação Jurídica

8.4. Contrato Social ou Estatuto Social em vigor, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei).

Qualificação técnica

8.10. Dispensada, na forma do art. 70, III da Lei nº 14.133/2021 (bens de entrega imediata).

bela, amada e gentil

Qualificação Econômico-Financeira

8.11. Dispensada, na forma do art. 70, III da Lei nº 14.133/2021 (bens de entrega imediata).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 23.504,46 (vinte e três mil quinhentos e quatro reais e quarenta e seis centavos)**.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubiratã, sendo:

REDUZIDO	EXERCÍCIO	DOTAÇÃO	FONTE RECURSO
116	2026	0301106182000220174490520000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0 - Recursos livres
110	2026	0301106182000220173390300000 - MATERIAL DE CONSUMO	511 - Taxa - Prestação de serviço
116	2026	0301106182000220174490520000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	511 - Taxa - Prestação de serviço
110	2026	0301106182000220173390300000 - MATERIAL DE CONSUMO	0 - Recursos livres
DESDOBRAMENTO: 4.4.90.52.24 - Equipamento de proteção, segurança e socorro			
DESDOBRAMENTO: 3.3.90.30.27 - Material de Manobra e patrulhamento			
DESDOBRAMENTO: 3.3.90.30.36 - Material Hospitalar			

Ubiratã, PR, 22 de abril de 2026.

Assinado por:
Renan Felipe da Silva Lima
23/04/2026 - 15:05
FB8CKLOURSM1DXST5RST0A

RENAN FELIPE DA SILVA LIMA
Responsável pela elaboração